

UFRJ/IEI

TD45

043282-2

Universidade Federal do Rio de Janeiro

# Instituto de Economia Industrial



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 45  
OPERÁRIAS E POLÍTICA OPERÁRIA  
(1900 - 1920)

*Maria Valéria Junho Pena*

Março de 1984

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



OPERÁRIAS E POLÍTICA OPERÁRIA (1900 - 1920)

*Maria Valéria Junho Pena*

Março de 1984



43 - 016378

INVENTARIADO

22/09/86

FEA - UFRJ
BIBLIOTECA
Data: <u>26 / 09 / 84</u>
Nº Registro: <u>043282-2</u> <u>ns97642</u>

5  
VFRS/iei  
TD 45

FICHA CATALOGRÁFICA

Pena, Maria Valéria Junho.

Operárias e Política Operária (1900-1920) /por/ Maria Valéria Junho Pena.

--Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia Industrial, 1984.

21 p. -- (Texto para discussão,n.45)

OPERÁRIAS E POLÍTICA OPERÁRIA (1900-1920)

Maria Valéria Junho Pena<sup>(\*)</sup>

A compreensão da organização da classe operária e de seu destino tem excitado a curiosidade e inteligência de numerosos estudiosos no Brasil. Sua miopia em não reconhecer que essa classe, como as demais, possui dois sexos e que as mulheres são, além de esposas e filhas de operários, elas também trabalhadoras assalariadas, fazem os numerosos estudos produzidos insatisfatórios em suas pretensões de abrangência. Mulheres trabalham e trabalharam como operárias; enquanto tal, de maneiras várias, manifestaram politicamente sua condição proletária. Para além do reconhecimento desse fato, as ciências sociais necessariamente têm a enfrentar o desafio de incluí-las na dinâmica das classe, parte constitutiva de seus contornos teóricos e práticos.

As primeiras fábricas no Brasil, instaladas nos meados do século XIX, utilizaram intensamente a força de trabalho feminino na disponível na periferia dos centros urbanos; essa mão-de-obra era merecedora de sinistras condições de trabalho e de disciplina, espancamentos e estupros cotidianos, bem como de salários vis. Quando, através de uma política governamental de promoção de imigração estrangeira, o proletariado industrial urbano masculinizou-se, a relação entre patrões e trabalhadores já estruturara-se em torno de um patamar salarial reduzido e de condições de trabalho desumanas, mas garantidas por um recorrente acervo de métodos coercitivos, desde a brutalidade puramente física até o apelo constante à polícia e ao encarceramento. No caso da classe operária, patriarcal na sua organização familiar, tudo se passou como se o feitiço tivesse virado contra o feitiço. Dirigindo-se os homens às fábricas no início do século XX, lá encontraram, estabelecida pela convivência entre operárias mulheres e uma autoridade fabril masculina e impregnando a relação de classes, a prática habitual do desrespeito aos mais elementares direitos, tanto mais usual quanto

(\*) Texto baseado em material recolhido pela pesquisa A Participação Feminina no Movimento Operário da I República, realizada pela autora e por E. Mendonça Lima, patrocinada pela Fundação Carlos Chagas e Fundação Ford.



maior seja a ilegitimidade da condição pública feminina.

Entretanto, se salários miseráveis, longas horas de trabalho, condições de higiene e salubridade precárias, disciplina brutal estiveram na base da condição operária no Brasil e constituem até hoje razões para sua mobilização, as mulheres também legaram uma história de lutas, coragem e combatividade. Com tenacidade elas revoltaram-se, enfrentaram polícia, fundaram grêmios, organizaram greves, escreveram jornais e levaram para as ruas as reivindicações originárias de sua ambígua situação de classe explorada e sexo subordinado.

Esse texto possui um duplo objetivo que procura cumprir examinando as duas primeiras décadas do século XX. De um lado, ele é protocolar, no sentido que provê informações sobre seu pressuposto, isto é, que as mulheres operárias foram, então, mais que números estatísticos sobre sua participação na força de trabalho; como os homens, elas foram, sobretudo, uma forma de mobilização e luta política. De outro, o texto insiste em que é necessário compreender essa forma de organização se quer compreender a dinâmica da classe e de seus contornos quando, eventualmente, ela transformou-se em ator político na cena nacional. O proletariado urbano industrial no Brasil foi, em sua gênese, feminino na base e masculino na liderança. A incapacidade dessa liderança em pensar eficazmente a composição do que ela pretendia representar, para além da maneira birrenta de afirmar que queria suas mulheres de volta ao lar, terminou por aprofundar a distância entre o operariado e aqueles que pretendiam conduzi-lo. Embora outros fatores responsabilizem-se pelo fenômeno, a dificuldade do homem operário e de seu dirigente em aceitar suas mulheres como companheiras, especialmente num momento da vida industrial em que elas eram parte ativa da vida produtiva, consistiu num dos elementos cruciais que impediram a transformação do movimento operário em movimento de massa, permitindo-lhe criar raízes populares sólidas e capacitando-o para a ação política positiva.

# I. CONDIÇÕES DE TRABALHO E LUTA POLÍTICA

É possível ilustrar a condição de trabalho às quais estavam submetidas as mulheres operárias através de um conjunto de artigos publicados na imprensa operária do período, bem como através de depoimentos recolhidos pelo historiador e militante anarquista Edgar Rodrigues. É Luzia Ferreira de Medeiros, operária da fábrica têxtil Bangu, no subúrbio do Rio, que conta: "Entrei para a fábrica Bangu no período da primeira guerra mundial como sete anos de idade. Iniciava o trabalho às 6 e terminava por volta das 17 horas - sem horário de almoço definido. Era a critério dos mestres o direito de comer e tendo ou não tempo para almoçar, o salário era o mesmo. Isso, evidentemente, depois de passada a fase de trabalho gratuito, que chamavam de aprendizagem. (...) Não tínhamos lugar para comer. As refeições eram feitas junto às máquinas. (...) Apenas uma pia seca imunda servia-nos de bebedouro. Nunca recebíamos horas extras, mesmo trabalhando além do horário estabelecido. Mestre Cláudio fechava as moças no escritório para forçá-las à prática sexual. Muitas moças foram prostituídas por aquele canalha. Chegava a aplicar punições de 10 a 15 dias pelas menores faltas, e até sem faltas, para forçar as moças a ceder a seus intentos. As moças que faziam parte do sindicato eram vistas como meretrizes, ou pior que isso: eram repugnantes".

O semanário anarquista, A Terra Livre, acompanhado de A Voz do Trabalhador, órgão da Confederação Operária Brasileira, confirmava esse depoimento, denunciando danos corporais e sexuais praticados na fábrica Carioca, localizada no Rio de Janeiro, contra mulheres. O primeiro, em 11.12.1907, afirmava que a empresa contava em seus quadros com um mestre de teares "que exerce uma pesada tirania contra os que trabalham sob as suas ordens, sobretudo mulheres e crianças que a fábrica admite mais facilmente para mais facilmente explorar". Em outra edição, a 01.06.1906, acrescentava que as mulheres eram tratadas com uma brutalidade odiosa e que a elas somente dois tratamentos eram oferecidos: o de um vocabulário indecente ou o de "atitudes rujanescas". Por sua vez, A Voz do Trabalhador, em 15.08.1907, detalhava que na mesma empresa "célebre e conhecido antro de exploração, existe um réptil que

responde ao nome de João Tailor e que exerce o cargo de mestre geral. É tanta a confiança que este infame tem na covardia dos operários (...) que nas horas de entrada, com o maior cinismo, coloca-se perto da porta e diverte-se a fazer com que o porteiro aperte os que chegam por último, sem respeitar crianças ou mulheres, entre as duas portas".

Mas outras denúncias acrescentavam-se a essas: "A 30 minutos de Sorocaba fica situada a fábrica de tecidos Santa Rosália, cujo pessoal é quase exclusivamente composto de mulheres e crianças. As suas condições higiênicas são más, sendo a sala de tear escura e sem ventilação. Ao lado existem algumas casas operárias, sem água nem esgotos (...) A entrada é às cinco e meia da manhã e a saída às seis horas da noite com 40 minutos para almoço. Três dias por semana há serão até as dez horas da noite. Alguns domingos trabalha-se até às onze horas da manhã" (A Terra Livre, 22.01.1907).

E, ainda, segundo A Plebe, na fábrica de tecidos Labor o mestre perseguia as trabalhadoras com "violências e torpezas", isto é, "com propostas injuriosas e difamatórias" (A Plebe, 18.08.1917). Ao mesmo tempo, segundo a imprensa operária, a situação do proletariado em geral, e, especificamente, das proletárias, em ateliers de costura e indústria de confecção era tão má quanto a de suas companheiras em fábricas de tecido. "O regime despótico das costureiras de São Paulo é insuportável (...) trabalham um número médio de doze horas por dia, isto é, um dia e meio comparado com o almejado de oito horas, sem levar em conta os três ou quatro dias da semana nos quais em muitas oficinas o trabalho é prolongado até a meia noite, correspondendo o dia, assim a dezesseis horas de trabalho! E se considerarmos ainda que para a mulher, a companheira do homem, a estrutura material de seu físico não era destinada a estar na luta pela existência, quanto mais horrível nos parecerá esse regime insuportável, mesmo para nós, do reino forte. (grifo meu). Mas o dia de dezesseis horas não era suficiente pois que em muitos ateliers as fracas operárias da agulha são ali privadas de repouso dominical (...) com a mísera mesada, em média de 50 a 60 mil réis, (...) quantia com a qual devem satisfazer as necessidades da vida!" (A Terra Livre, 17.12.1906).

As duas atividades econômicas que mais absorviam força de trabalho feminina, a fabricação de tecidos e a confecção, estavam sujeitas a constante escrutínio da imprensa operária. No que respeita em específico ao sexo da mão-de-obra, as denúncias, inevitáveis, tinham por base, de um lado, o que se percebia como competição que as mulheres faziam aos homens, aceitando salários mais baixos; de outro, a impropriedade do local de trabalho relativamente ao que se definia como traços peculiares à natureza feminina: sua fragilidade física e sua inferioridade moral.

O trabalho extradoméstico das mulheres era considerado do prejudicial a sua saúde, a sua prole e a sua moralidade. Anarquistas sempre foram pródigos em relatar em versos as desgraças da classe trabalhadora. Também em versos relatavam as consequências do trabalho feminino: a tuberculose (que era o mesmo que a morte) ou a prostituição.

#### A Costureirinha

Costureirinha meiga e mansa  
tu, que tens de ouro o coração  
Trabalhadora e frágil criança,  
vida sem luz, boca sem pão.  
Costureirinha, a dor suprema  
de teu viver ando a escutar,  
por teu futuro ainda há quem tema;  
Tuberculose ou Lupanar...

Vives em minha vizinhança  
Sob os olhares do patrão.  
Vejo que a tua mão se cansa  
e é tão franzina a tua mão!  
Sonhas a vida sem algemas,  
Sem o exaustivo labutar,  
Sem as angústias do problema;  
Tuberculose ou Lupanar...



E ainda tens, anjo, esperança!  
 Bendito ideal, doce ilusão  
 que no teu lábio triste dança  
 e vai florir numa canção!  
 Sagrada Infância! E ainda há quem tema  
 a aurora, a luz que te arranca  
 a ameaça vil, a infância extrema;  
 Tuberculose ou Lupanar!

Serã de dores tua estigma  
 e o teu destino hã de oscilar  
 Nas duas pontas do dilema:  
 Tuberculose ou Lupanar!

Voz do Povo (Rio de Janeiro, 1920).

Claro está que a susceptibilidade feminina à prostituição tinha por pressuposto a fraqueza moral das mulheres, endêmica à sua natureza, e que, no trabalho coletivo, fora do ambiente doméstico, encontrava terreno fértil para manifestar-se pela ausência mesmo dos controles masculinos familiares: "Ninguém ignora (...) que existe um bom número de casas particulares onde homens de bem, todos senhores e importantes, vão gozar o amor das moças proletárias, uma parte das quais corrompida por hábeis cafetinas aos serviços de seus senhores". (La Battaglia, 01.04.1912, grifos do jornal).

O trabalho feminino, percebido como fator de dissolução da saúde, da capacidade de desempenho das funções maternas, da moralidade, era também tratado como elemento destruidor da dignidade masculina, isto é, obstáculo a seu salário decente, em um emprego estável. A Razão, em 20.07.1917, relatava que, no curso de uma assembléia da União dos Operários em Fábrica de Tecidos do Rio de Janeiro, convocada para discutir a gradativa substituição de tecelões por tecelãs numa das fábricas do Rio, um operário assim interveio: "Nós não devemos ensinar (o ofício) a essas mulheres que amanhã nos virão substituir, mas devemos fazer-lhes compreender que o seu lugar é em casa, a tratar e educar seus filhos (...) oxalá elas saí-

bam compreender o seu papel de educadora daquelas que amanhã serão os nossos substitutos na luta do pão e na conquista do bem estar da humanidade, pois assim demonstrarão à humanidade serem as verdadeiras rainhas do lar: O papel de uma mulher não consiste em abandonar seus filhos em casa e ir para a fábrica trabalhar, pois tal abandono origina muitas vezes consequências lamentáveis, que seria melhor que somente o homem procurasse produzir de forma a prover as necessidades do lar (grifo meu).

A figura feminina percebida pelos homens era a de uma vítima. A costureira que trabalhava 16 horas diárias, numa jornada bastante maior que a média masculina e que ainda tinha seus deveres domésticos, era tratada pelo poeta no diminutivo, como uma criança. Franzina, meiga, doce eram os qualificativos de sua natureza. Por tudo isso, o destino do lar era o destino da mulher. Em uma extensa matéria na revista A Vida, o anarquista José Oiticica era bastante explícito: para ele, o trabalho fabril das mulheres era devastador nos seus efeitos não apenas sobre elas próprias mas sobretudo porque, através delas, atingia toda a humanidade. Mulheres eram diferentes de homens por sua capacidade de gerar e a maternidade, longe de ser uma instituição, era considerada destino. Assim, em 30.11.1919, Oiticica escrevia: "Todos sabemos que a mulher tem muito menos resistência física que o homem. Pois bem, na sociedade moderna, a mulher está sujeita aos mesmos trabalhos físicos, com o mesmo número de horas e mesmo salário que o homem (...) Pergunto agora: que filhos sairão desse organismo? O desperdício físico de energias femininas estende-se nos seus estragos irreparáveis às gerações futuras porque a maternidade não perdoa".

O fato é que as idéias socialistas e anarquistas no Brasil a respeito do papel feminino em nada se diferenciaram daquilo que se discutia na Europa ou Estados Unidos, com cuja liderança os contatos, ao menos epistolares, eram frequentes e cujos escritos se lia com avidez. Mas não foram Fournier ou Emma Goldman que prevaleceram como influência e sim Lassalle, Marx e Kropotkin. Assim, quanto ao trabalho feminino, aqui como lá, dois discursos passaram a se superpor, o da condenação e o da proteção, onde o segundo era um desdobramento oportunista e resignado do primeiro. Se o

paio ganho pelo principal ganha-pão familiar era insuficiente, que as mulheres o completassem com seu trabalho assalariado, desde, entretanto, que desempenhado em condições específicas, o que sempre terminava por redundar em salários mais baixos e maior disponibilidade para o trabalho doméstico.

De maneira geral, pedia-se a diminuição da jornada de trabalho das mulheres, a proibição do seu trabalho noturno e a equiparação de seu salário ao masculino. Contudo, para tanto, urgia convencer as principais interessadas. Nesse sentido, um esforço foi realizado, especialmente junto a tecelãs e costureiras, com objetivo de associá-las. Os socialistas, de seu lado, procuravam enfatizar a importância de uma luta das mulheres visando a diminuição da jornada e, os anarquistas, sua incorporação aos sindicatos de resistência. O jornal socialista Avanti, em 12.06.1901, reproduzia um manifesto do Grupo Feminino da Federação Socialista de Milão, conclamando as mulheres a se unirem em torno da reivindicação pela diminuição de suas horas de trabalho. Segundo o manifesto, "A diminuição das horas de trabalho é uma questão de vida para nós trabalhadoras e para nossos filhos. Os longos dias nas fábricas, as horas roubadas ao sono para acudir à mísera casa empobrecem o vosso sangue, desamparam o vosso corpo. Vós transmitis a vossa fraqueza aos vossos filhos, futuros cidadãos, a toda inteira classe trabalhadora. Os vossos maridos, os vossos irmãos, os vossos filhos vos convidam a vos unir a eles para reclamar uma lei que vos defenda de uma experiência desumana, uma lei que garanta o tempo de repouso, de associação a vossos companheiros para obter aumentos salariais e assegurar mais lazer e um pouco de instrução. Uma lei que vos subtraia das cadeias dos regulamentos internos, feitos sem vossa participação pelos patrões e que impondo multa sobre multa, às vezes comem até os salários de dias inteiros. Uma lei previdente à vossa manutenção nos dois meses sucessivos ao parto. O vosso interesse de assalariada, a vossa miséria de mãe, impõe o dever de nesse dia solene (19 de maio, Dia do Trabalho) afirmar os vossos direitos".

A postura socialista aqui era bastante clara: tratava-se de lutar por uma legislação especial de proteção às mulheres em

nome da maternidade.

Por seu turno, os anarquistas eram profundamente descrentes de leis e do que concebiam como colaboração parlamentar. Seu apelo à participação feminina no movimento operário partia de fundamentos distintos quanto às formas de luta, embora não tão distintos quanto à concepção do papel feminino. O Chapeleiro, órgão do secretariado nacional do sindicato da classe, insistia sobre a importância da conjugação de esforços com as costureiras. Em 22.11.1906, numa matéria intitulada "Pelas Companheiras", era possível ler-se o seguinte: "É absolutamente necessário que as costureiras pertençam a nosso grêmio, a fim de que, em caso de uma luta, sejam solidárias conosco. E isso será tanto mais vantajoso pois que na associação se habituarão a conviver conosco e a interessar-se por nossa luta, adquirindo ao mesmo tempo os conhecimentos necessários para a vida social. Tendo em conta a condição moral em que é tida a mulher é conveniente que todos os sócios procurem fazer nas fábricas uma propaganda oral constante para as convencer que devem estar de nosso lado na defesa de nossos comuns interesses. E preciso não esquecer, companheiros, que a mulher desempenha um papel importante na educação das crianças. Assim como os padres de todas as religiões valem-se dela para manter a humanidade no obscurantismo, nós devemos cuidar de cultivar a sua inteligência a fim de que nos prestem o seu valeroso concurso para a causa humanitária a que nos dedicamos" (grifo meu).

Em que pese todo o empenho dos anarquistas em atacar o casamento e defender o amor livre, para eles a mulher era notada como um ser moralmente inferior, susceptível a ser utilizada reacionariamente pelos padres; no caso, os chapeleiros propunham-se, de certa forma, a substituir esses últimos na sua manipulação, de maneira a obter acordo e número para sua luta. Poucos meses após, o mesmo O Chapeleiro voltaria a repetir seu apelo à incorporação de mulheres à sua organização; dessa vez, contudo, dirigiam-se às próprias mulheres, numa conclamação "Às Companheiras":



"Esquecemos frequentemente de fazer apelo a nossas companheiras de trabalho e infelizmente esse é um esquecimento comum a todas as classes de trabalhadores. (...) Se vós, companheiras de trabalho, não vos associardes para a resistência sereis sempre um perigo para o operário; não compreendereis senão o estreito interesse particular, estareis sempre dispostas a acusar vossos maridos, vossos irmãos, vossos filhos, ou mesmo a matá-los à traição quando não tragam para casa o pedaço de pão cotidiano. Não sabereis que o melhor modo de aumentar esse pedaço, de assegurar a família, é resistir constantemente às crescentes exigências do patrão miserável e impedir que esse patrão vos explore. (...) Longe de nós, das nossas lutas, das nossas uniões, nunca sabereis em que angústias se encontra o vosso companheiro de trabalho na véspera de uma greve. Quando é arrastado à luta pela necessidade (...) e quando deve hesitar entre a miséria no lar por um tempo e a covardia da submissão da miséria maior para o futuro... Ah! Se as companheiras tomássemos mais atenção nesse embate, porque sem ele aumentariam o aviltamento e a miséria, vós sereis as primeiras a encorajar os vossos companheiros e a envergonhar os pusilânimes. Não acrediteis nas pessoas afetuosas mas inconscientes, ainda que sejam vossas mães, quando disserem que vós deveis fugir dos que lutam pela emancipação; são os revolucionários que pensam verdadeiramente em seus queridos, no futuro de seus filhos, em vós, que tendes ou tereis o espinhoso encargo de educar as novas gerações para a felicidade... E de vós, companheiras, depende também que este apelo às mulheres tenha seu efeito. Vós tendes, mulheres, irmãs, filhas e muitas vezes não tentam um só esforço em favor de sua emancipação. Tentai agregá-las, ajudá-las, relacioná-las na propaganda entre os companheiros. Podereis promover entre elas uma comissão organizadora. E, passando a fatos, os companheiros que tiverem mulheres a inscrever na associação, poderiam notificá-lo ao secretário e o assunto seria depois discutido. Falaremos em vão?"

Os anarquistas concediam importante papel às mulheres na organização das lutas libertárias. Esse papel, entretanto, tinha a marca de sua posição na família. A colaboração feminina era estratégica para o despertar de uma consciência de classe, mas

eram suas funções familiares, tomadas naturalmente e consubstanciadas na maternidade e no trabalho doméstico, que lhes davam esse caráter estratégico. Na condição de mães, esposas, irmãs e filhas, mulheres apoiariam as lutas masculinas, criando-lhes uma base emocional adequada. O segundo manifesto de O Chapeleiro foi radical em postular que, apenas assim entendidas, mulheres seriam sujeito da história do movimento operário. Realisticamente compreendiam essa sujeição pelo seu papel familiar. Quando confrontados com a realidade objetiva do trabalho feminino assalariado, os anarquistas pensavam então em subordiná-las aos formatos masculinos de organizações de resistência.

Embora as mulheres fossem objeto, ao mesmo tempo que homens, da cultura patriarcal e da organização patriarcalista da vida cotidiana, suas próprias formas de manifestação da condição operária apresentavam algumas nuances importantes. De fato, elas estavam afastadas da liderança das lutas proletárias da Primeira República: todavia, isso não significava que delas não participassem - como não tem sido ressaltado pela bibliografia pertinente. Escreveram para jornais e publicaram a sua própria revista, introduzindo a temática da vida familiar no movimento operário; protestaram contra a absurda exploração que sofriam as crianças trabalhadoras; organizaram greves contra o tratamento sexual a que eram submetidas. Algumas delas escreviam com constância na imprensa operária, como por exemplo Teresa Cari, Maria Lopes, Ernestina Lesina, Anna de Gigli. As duas primeiras conjuntamente com Tecla Fabbri, dedicaram parte de seus esforços à mobilização das constituintes. Ernestina Lesina, demais de escrever em jornais socialistas e anarquistas sobre as condições de vida da mulher, fundou ainda uma revista inteiramente dedicada a ela, Anima e Vita. Anna de Gigli era uma teórica importante do anarquismo, especialmente na ênfase que concedia nos seus artigos à análise das relações entre Estado e Igreja - as instituições por excelência opressoras da classe trabalhadora, conforme concebia.

Teresa Fabbri, Maria Lopes e Teresa Cari assinaram em 1906 dois importantes manifestos conclamando costureiras a se unir em defesa de melhores condições de trabalho. No primeiro deles, frases como as seguintes podiam ser lidas: "Devemos demonstrar



enfim que somos capazes de exigir o que nos pertence; e se todas forem solidárias, se todas nos acompanharem nessa luta, se nos derem cuídos, nós começaremos por desmascarar a cupidez dos patrões sanguessugas (...). É necessário que recusemos trabalhar também de noite porque isso é vergonhoso e desumano. Em muitas partes, os homens conseguiram a jornada de 8 horas já desde 1856; e nós que somos do sexo fraco, temos que trabalhar até 16 horas! - O dobro das horas trabalhadas deles, que são do sexo forte! Pensai, companheiras, no vosso futuro de mães, e que, se continuarmos a consentir que nos depauperem, nos tirem o sangue desse modo, de peis, tendo perdido a nossa energia física, a maternidade será para nós um martírio e nossos filhos serão pálidos e doentes. E vós, os que sois nossos pais certamente nos ajudareis, porque não temos forças para trabalhar, muitas vezes até 11 horas da noite! Não deveis falar somente quando estamos em casa, mas na casa dos nossos desumanos patrões, à bengalada, se for preciso, contra esses patrões! Vinde, quando tardemos, arrancar-nos com energia às garras dos ávidos exploradores! Teríeis muito que perder? Que nos dão eles, os abutres, em paga de tanta fadiga? Um salário ridículo. Uma miséria".

No mesmo ano de 1906, quando a cidade de São Paulo presenciava sucessivas greves pela diminuição da jornada de trabalho e sua fixação nas oito horas diárias, ainda o mesmo jornal publicava, um mês após, apelo semelhante assinado pelas mesmas três autoras.

Teresa Fabbri, Maria Lopes e Teresa Cari consideravam-se partes do "sexo fraco"; em grande medida, os manifestos que assinavam tinham suas reivindicações, denúncias e apelos referidos à posição que ocupavam dentro da organização familiar; pensavam em si próprias como mães (ou como mães em potencial) e pretendiam resguardar-se para suas crianças. Era em nome de uma humanidade genérica com a qual se relacionavam pelo papel materno, que procuravam enfrentar patrões e conquistar direitos; era também em nome da humanidade que procuravam enfrentar patrões. Não obstante e diferentemente, por exemplo, das conclamações de O Chapeleiro, elas ao mesmo tempo se pensaram como agentes de sua própria luta; a

rigor, não pretendiam subordinar o movimento que gostariam de ver criado e as associações que queriam ver fundadas a nenhuma organização masculina. Era com bastante clareza e veemência que afirmavam "devemos demonstrar que somos capazes de exigir o que nos pertence". Nos seus manifestos, as autoras procuram resgatar, para as mulheres, a dignidade da capacidade humana da ação, que os homens tão zelosamente tentavam controlar.

Do ponto de vista do cenário operário da I República, os dois apelos à organização feminina publicados em "O Chapeleiro" e, ainda, os dois manifestos das três autoras, reproduzidos em A Terra Livre, foram parte de uma pequena mobilização no interior do setor de costureiras. Em 1906 assistiu-se a uma tentativa por parte delas de formar uma associação e no ano seguinte, participaram do movimento grevista pela diminuição da jornada de trabalho.

Em 09.09.1906, A Terra Livre fazia menção às tentativas das costureiras em formar sua união e já apontava fracassos nas mesmas: "Essas operárias (as costureiras) são vilmente exploradas em vários presídios da cidade e realizaram sua primeira reunião em casa de uma companheira, não havendo grande concentração em resultado do equívoco de terem sido convocadas duas reuniões. Falou um companheiro que exortou as costureiras a perseverar em sua iniciativa (...)". No mesmo ano o mesmo jornal fazia menção a uma tentativa anterior de formação de associação dizendo que "os operários que costuram sacos, quase todos do sexo feminino (...) resolveram (...) associar-se para a defesa de seus interesses e melhoramento de suas tristes condições de trabalho. Reuniram-se para tal fim num local particular da Rua Oriente e falaram ou ouviram falar sobre a necessidade de associações (...) "(A Terra Livre, 13.07.1906). Todavia, nem as tentativas de união e, mesmo, a participação em greves e formulação de reivindicações por parte das costureiras, nem sequer o evidente apoio que vinham recebendo da imprensa operária, parecem ter garantido resultados quanto à alteração das condições de trabalho. Enquanto durou o movimento operário na República Velha, prosseguiram as denúncias sobre a exploração de toda a sorte a que estavam submetidas, bem como prosseguiram seus esforços no sentido de formar associações para uma



luta conjunta. Em 1919, A Plebe ainda falava desses esforços:"(...) as costureiras desta cidade acabam de constituir uma associação de classe, reconhecendo assim que somente com a união, a solidariedade, o apoio mútuo é exequível a reivindicação de direitos postergados. No último domingo essas escravizadas operárias realizaram uma concorrida reunião na rua da Quitanda 4 e ali deliberaram defender os seus interesses das garras vampírescas dos patrões que enriquecem às custas de seu suor (...) quer dizer, as costureiras, conscientes de sua dignidade e de seu valor, decidiram-se a ser mulheres na verdadeira acepção do termo e não manequês manejados pelas vontades de seus algozes de ambos os sexos. Ergueram a fronte com altivez e a exploração disseram que já não eram escravas passivas e submissas. (...) Magnífico exemplo! Homens operários se envergonhais de ver essas raparigas irmãs nossas no sofrimento e miséria, adiantando-se a vós na marcha para a emancipação, vinde também firmar resolutos as vossas associações" (A Plebe, 19.04.1919).

Não foi apenas nas frustradas tentativas de unirem-se que as mulheres foram parte da dinâmica do movimento de trabalhadores. Se não conseguiram jamais formar de maneira duradoura sindicatos próprios, tiveram uma indubitável participação nos movimentos grevistas que foram parte constante da vida política, então. Greves femininas já eram referidas desde 1901 pelo jornal Avanti, especialmente no setor têxtil. De maneira geral, essa participação em movimentos paredistas era desorganizada, eclodia em momentos de revolta contra as condições de trabalho e, em certos casos, contra exploração sexual e sevícias a que estavam condenadas. Apenas em certos momentos, como em 1907, tratou-se de inserir a luta pela diminuição da jornada de trabalho em ateliers de costura e oficinas têxteis dentro do movimento mais amplo da classe trabalhadora.

O Avanti, em 23.02.1901, relatava uma greve entre as operárias da fábrica de tecidos de Álvaro Penteado, em protesto contra as condições de trabalho e, especificamente, contra diminuição nas tarifas de pagamento, que implicava em diminuição do salário. Segundo o jornal, (...) sexta-feira, dia 15, {Penteado} mandou

cobrar uma tarifa nova ainda mais usurária do que a velha, diminuindo os pagamentos. As operárias, apesar de acostumadas a uma passiva obediência, não podiam ficar quietas diante desse novo rebo. E fizeram greve. E então, para que a greve não aparecesse, o Sr. Penteado pensou em parar a fábrica, tomando como pretexto as festas de carnaval e mandou uma carta ao Correio Pualistano desmentindo a greve e declarando que as novas tarifas tinham somente a finalidade de estimular o trabalho das operárias. Mas depois se traiu quando, quarta-feira passada, comunicou à Tribuna Italiana que, para demonstrar suas boas intenções para com as operárias, estava disposto a aplicar a diminuição de 5% sobre os salários, no lugar de novas tarifas. (...) As operárias calmas e seguras rejeitaram todas, sem nenhuma exceção, o trabalho, e voltaram para suas casas, depois de uma breve permanência perto da fábrica, permanência ocasionada pela prisão arbitrária de uma grevista, que foi solta mais tarde. Muitas tecelãs reunidas mais tarde, decidiram mandar uma comissão ao Sr. Penteado para tratar diretamente com ele e ouvir suas razões. Seis operárias foram designadas e elas, acompanhadas por Bertolotti [Diretor de Avanti] foram à cidade se apresentarem ao senhor Penteado, o qual certamente achando-se grande demais para descer e falar com suas operárias, não as quis receber, dizendo que deviam tratar com o gerente das fábricas. As operárias, diante dessa conduta, foram embora sem esperar o gerente, como o qual, aliás, já tinham falado na fábrica. A Penteado parece que ameaça com o fechamento da fábrica, como repressão".

Uma observação cabe aqui: do lado das grevistas, elas sentiam necessidade de um apoio masculino - no caso, o do diretor do Avanti - para fazer frente ao patrão no processo de negociações.

Mas, conforme relatava ainda o mesmo Avanti, o ano 1901, para as operárias têxteis, não foi apenas marcado pela greve da Penteado. Também a Companhia Industrial de São Paulo assistiu a movimento semelhante. Maltratos físicos e sevícias sexuais foram também objeto de outros protestos: na fábrica de tecidos Anhaia, no Bom Retiro, em 1902, por duas vezes levaram as operárias à greve; no Rio, no ano seguinte, a mesma razão paralisava as fábricas



Aliança e Cruzeiro, no Andaraí. O ano de 1907 foi marcado, especialmente em São Paulo, por uma intensa movimentação operária em torno da redução da jornada de trabalho. Esse movimento foi precedido por uma greve, em 1906, das operárias da São Bento, em Juiz de Fora, contra o aumento da jornada e a diminuição de tarifas. Embora não se tenha obtido notícias sobre o desenvolvimento dessa greve, ela parece indicar o nascimento das lutas que no ano subsequente agitariam os meios industriais e que se transformariam num dos marcos da história do proletariado no Brasil e de sua constituição enquanto agente político.

Em 1907, o movimento foi iniciado, como se sabe, por operários do setor da construção civil, espalhando-se pelos pa-deiros e atingindo os metalúrgicos, operários e operárias da indústria de alimentos, trabalhadores de limpeza pública, ferroviários, etc. As mulheres dele participaram enquanto tecelãs e enquanto costureiras de vestimentas e sacos, especialmente. Segundo o jornal A Platéia, "o centro da cidade despertou ontem com a matinal das costureirinhas. Nas proximidades das casas de costura formaram-se grupos, assumindo algumas empertigadas atitudes de bradeiras, concitando suas colegas à greve. [...] Diversos bandos de costureiras perspicazes percorreram as ruas centrais, seguidas de curiosos e admiradores que faziam comentários grosseiros sobre a atitude hostil das mesmas contra a linha e a agulha" (A Platéia, 25.05.1907).

Assim, esboçaram-se duas formas distintas de participação feminina nas sucessivas greves da Primeira República: em primeiro lugar, as trabalhadoras mobilizavam-se como reação imediata e espontânea, sem maiores cálculos, às condições de trabalho que lhes eram impostas e à sua súbita deterioração: maltratos corporais, repentinas diminuições de tarifas e/ou aumentos na jornada. Nesses casos, a revolta era iminente ao que percebiam como intensificação das injustiças: paravam as máquinas, cruzavam os braços. Sem maiores planejamentos, sem consistir parte de uma estratégia de lutas, o fracasso nas reivindicações era quase sempre inevitável. Mesmo quando atendidas num primeiro momento - por força mesmo da pressão que eram capazes de impor - logo a seguir, a

velha situação se repetia. Por maior que fosse essa pressão e por acompanhada que estivesse de disposições combativas, as vitórias só deixariam de ser eventuais se o poder de mobilização estivesse razoavelmente organizado - e seguramente não estava. No segundo caso, o dos movimentos pela redução da jornada de trabalho, tudo indica que as operárias fizeram de suas greves parte de um combate maior, razoavelmente organizado, centralizado nas estruturas sindicais e que contou com a adesão de inúmeras categorias. O fato de que, no seu caso, tivessem obtido sempre vantagens muito pequenas e permanecessem, com as crianças, o setor mais espoliado do proletariado, tinha tanto a ver com sua desorganização quanto com seu pequeno poder de barganha, submetidas como estavam à dupla jornada e, principalmente, com a ilegitimidade que rodeava sua condição de trabalhadora, inclusive dentro da própria classe trabalhadora.

Não obstante, foi exatamente numa seção feminina do Co-tonifício Crespi que teve início a greve geral de 1917 - de ine-gável impacto sobre o sistema político da Velha República, mesmo porque, pela primeira vez, o movimento operário contava com a simpatia de setores liberais da grande imprensa, notadamente O Estado de São Paulo.

Como de outras vezes, foi a indignação feminina, nesse caso, diante da injustiça cometida sobre uma criança que havia sido despedida, que deflagrou o movimento. As trabalhadoras simplesmente recusaram-se a prosseguir nas suas tarefas e declararam-se em greve. Mas aqui somou-se a adesão de inúmeras categorias masculinas. Tratava-se, enfim, de um momento econômico particular: com a guerra, vieram sucessivos aumentos nos preços de artigos de primeira necessidade e nos custos de habitação, sem recuperação concomitante nos salários. A essa greve, Paulo Sérgio Pinheiro deu o nome de "Greve de Fome"; não resta dúvida que a fome teve um papel importante na transformação de um evento isolado em uma oficina em um dos movimentos de massa mais importantes do período (Paulo Sérgio Pinheiro, 1977).



Deflagrado o movimento, em junho de 1917 aderiram a ele as operárias da fábrica de tecidos Carioca (O Estado de São Paulo, 22.06.1917). Os protestos contra a demissão de uma criança rapidamente se transformaram em pedidos por aumento de salários e no dia 20 de junho as operárias e operários do Cotonofício fizeram uma demonstração pública, exigindo aumento de 20% nos níveis de remuneração. A resposta patronal foi o fechamento da fábrica com a postergação das negociações, acompanhada pela alegação de infiltração de agitadores no movimento. No mesmo dia, as grevistas e seus companheiros decidiram-se por uma manifestação no centro da cidade de São Paulo; falaram então "vinte oradores, dentre os quais duas jovens operárias, que conderaram energicamente a atitude da direção do Cotonifício" (O Estado de São Paulo, 30.6.1917).

Nas manifestações populares que a greve das mulheres da Crespi provocava, um operário imigrante, de nome Martins, terminou sendo morto como resultado da extrema repressão por parte da polícia. Essa morte parece ter sido o estopim para alterar a dinâmica do movimento: de uma paralisação localizada numa greve geral e num movimento de massas, no qual "os agitadores tomaram conta do Brás, paralisando toda a vida comercial e industrial, assaltando veículos [...] um bando de mocinhas, infelizes operárias de fábricas, tomou conta de três bndes" (O Estado de São Paulo, 13.07.1917).

De fato, o quebra-quebra que aconteceu no dia 12 de julho era já uma resposta ao comício que se tornara o enterro de Martins e que no dia seguinte O Estado de São Paulo relatava da forma que se segue, em editorial: "Mulheres principalmente havia-as em grande número. [...] Por essa ocasião usaram da palavra vários oradores, dentre os quais uma senhorita que terminou seu discurso em convulsivo pranto".

Contudo, mesmo na greve de 1917, da qual as notícias apontam com suficiente nitidez para uma intensa participação feminina, ao final, como de vezes anteriores, o processo de negociações para seu termo foi conduzido por homens: o próprio jornal "O Estado de São Paulo" o integrou como mediador do conflito e, posteriormente, formou-se o Comitê de Defesa Proletário, congregando a liderança

operária masculina. As mulheres, sem terem se tornado sujeitos da negociação, não obstante foram objeto dele: da pauta de reivindicações do Comitê constavam os seguintes itens: liberdade para grevistas presos, proibição de dispensa por motivo de greve, liberdade de associação, aumento salarial em 35%, limitação da jornada de trabalho em oito horas diárias, semana inglesa, abolição do trabalho noturno das mulheres. Esse último, a rigor, só viria a ser abolido após 1932, quando o governo revolucionário tomou medidas no sentido de regulamentar as condições de venda e uso da força de trabalho feminino.

Mesmo com o final da greve, em outubro do mesmo ano, seus estertores ainda se faziam ouvir, a matéria publicada em O Parafuso, em 27.10.1917, era eloquente em demonstrar o quase nada que duas décadas de movimento operário haviam obtido para as mulheres: "Se há uma greve justa é a das 300 operárias da Estamparia Matarazzo no Belenzinho. Pobres operárias, que além de serem maltratadas ainda são roubadas no seu trabalho [...] O regulamento da Estamparia pode-se dizer que é bem o sistema prático de usufruir fabulosos lucros às custas de paupérrimas operárias que sacrificam dias e semanas para luta do pão de cada dia. Trezentas operárias, sem a intervenção de nenhum anarquista perigoso ou de intelectuais declararam-se em greve segunda-feira por volta das 11 horas. Que reclamam elas? Uma coisa de magna importância: que se ponha termo à extorsão de que são vítimas e que tanto o diretor como o mestre Luiz lhes dispensem tratamento delicado. São operárias pundonorosas que não admitem serem tratadas como marafoas da várzea. Diariamente as pobres operárias são vítimas de brutalidades do diretor e do mestre que com palavrões desaforados as maltratam como escravas. O que mais revolta é a iniquidade da medida com que se servem para sugar o sangue das operárias. Por princípio, já são vítimas no salário. E como isso não baste para o acúmulo de milhões, cada operária, depois de ter tecido 130 ou 180 metros de fazenda, ainda se vê subitamente privada de sua recompensa. Basta que, ou porque a operária tenha sido chamada, ou porque o maquinismo tenha sofrido qualquer alteração e a operária se esqueça de carimbar a pala que lhe dá direito de registro na caderneta, reclamar ao mestre que esse a manda que se dirija ao



diretor. O diretor, com desdém para a operária, mimoseia-a com meia dúzia de palavões e ameaça-a de mandá-la para o olho da rua".

## II - CONCLUSÕES

Após 1917 outras greves existiram, das quais as mais importantes foram as de 1919. Não resta dúvida, entretanto, que aquele ano marcou o ponto mais importante da mobilização operária da República Velha e o início do reconhecimento da classe operária como entidade política. O período anterior, de certa maneira pode ser compreendido como aquele no qual o operariado tratava de reconhecer-se para si próprio, tateando seus contornos e desenhando sua identidade. Do ponto de vista do sistema político é inegável que pouco contribuiu à sua dinâmica. Mas esses vinte primeiros anos do século XX presenciaram os passos e quedas próprios à gestação de um novo ator no cenário brasileiro, cuja maturidade e futuro ainda hoje são indecifráveis.

Os jornais operários e burgueses publicados na Velha República, bem como memórias de antigos militantes, homens e mulheres, demonstram que as últimas, então, forjaram dois tipos distintos de comportamento. No primeiro caso, como ilustra o movimento grevista de 1907 pela diminuição da jornada de trabalho, a sua participação foi indiferenciada da masculina: acudiam aos apelos da liderança, paralisavam máquinas e iam para as ruas. Seu grau de sucesso quanto ao resultado da ação foi, contudo, como quase sempre, muito pequeno, mesmo quando comparado à precariedade de resultados para as categorias masculinas.

Entretanto, marginal à atuação condutora dos homens, de seus organismos, jornais, grêmios, uniões ou sindicatos, elas também estabeleceram uma rotina diferente no movimento operário: a indignação, os protestos e a paralisação do trabalho contra danos corporais e violências verbais. Nesse último caso, em geral - e existe o caso clássico da greve na Anhaia em 1901 ilustrando a afirmação - a movimentação não encontrava respaldo nos homens, que se mantinham distantes, quando não hostis às companheiras.

Essa maneira especificamente feminina de manifestação de sua condição operária não se registra na historiografia pertinente e, tudo leva a crer, não foi incorporada pelas próprias organizações operárias em sua consciência e memória. A rigor, ela é tratada como uma forma infantil e pré-política de ação porque suas razões práticas são desqualificadas. Os estudos sobre a classe operária, identificando seu objeto com o discurso de sua liderança acabam por padecer da mesma cegueira.

Durante as duas primeiras décadas do século XX as mulheres manifestaram agressivamente sua condição de trabalhadoras fabris; o que terminou prevalecendo, todavia, foi a reiteração de sua passividade. Com isso, conformaram-se, na relação entre liderança e sua base, hábitos distanciadores, tão mais significativos quanto era grande o peso feminino no proletariado urbano. Mulheres trabalhavam e trabalhavam muito; foram leais às palavras de ordem de uma liderança que identificavam como sua; contribuíram criativamente ao desenvolvimento das lutas sociais no país por sua constante atenção às condições mais concretas do trabalho e da vida cotidiana; reconheceram a especificidade de sua espoliação através de um redobrado esforço de mobilização e organização. Seus sucessos e seus fracassos são sucessos e fracassos de toda classe operária.